

Taxas de juro vão subir em Angola, prevê EIU

Relatório do Economist Intelligence Unit anuncia também a desvalorização do kwanza. **P6**



Brunch with... Humberto Mbote

A carreira e os objectivos de vida do director de relações institucionais da Unitel. **P28**



Daniela Ribeiro e a arte de reinventar e reciclar na pintura

A pintora expõe até 28 deste mês sob o tema 'Reciclospectiva', no edifício da De Beers. **P22**



Mercado

WWW.MERCADO.CO.AO

FINANCE AND ECONOMY

23.06

Director: **Aylton Melo**
Sexta-feira 23 de Junho de 2017

Ano **3** Número **109**
Periodicidade: **Semanal**
Preço: **500 Kz**

SERVIÇOS MÍNIMOS BANCÁRIOS

BNA pune banca que cobra comissões ilegais

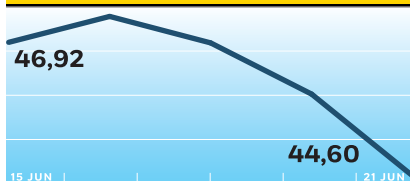
Bancos estão a cobrar aos clientes o pagamento de comissões por serviços mínimos, violando um aviso do BNA, que promete aplicar sanções. ABANC não comenta. **P8**

NA UNIÃO EUROPEIA

Regras para economia de partilha

UE quer regras comuns que limitem abusos praticados por grandes empresas. **P44**

MUNDO FINANCEIRO



Petróleo segue a desvalorizar

Receios quanto ao excesso de oferta no mercado estão a penalizar commodity. **P4**

PETRÓLEO

“Sem novo investimento, produção vai cair”

Angola tem de ajustar a legislação do oil & gas e alterar o quadro fiscal deste sector, a fim de captar o investimento necessário à manutenção da produção, diz Rui Amendoeira, especialista em assuntos da indústria petrolífera. **P32**



Gustavo Bony/Global Images

CELEBRE COM O
ATLANTICO E SUBSCREVA
O DEPÓSITO ANIVERSÁRIO.

*TAXA ANUAL NOMINAL BRUTA A 180 DIAS

12%

ATLANTICO
Valores para a vida.

BANCO MILLENNIUM ATLANTICO

PUB

Grande Entrevista

Rui Amendoeira

“Angola tem de investir para manter produção de petróleo”

Angola tem de ajustar a legislação do *oil & gas* e alterar o quadro fiscal deste sector, a fim de captar o investimento necessário à manutenção da produção, diz o advogado, especialista em assuntos da indústria petrolífera.

POR RICARDO DAVID LOPES | FOTOGRAFIAS GUSTAVO BOM/GLOBAL IMAGENS





É preciso saber ‘espremer’ recursos que até agora foram preteridos ou ignorados e investir no desenvolvimento de campos de gás

Angola já foi considerado um dos países mais atractivos para investimentos na área petrolífera. Acredita que esta situação se mantenha?

O nível de atractividade de um país para o investimento estrangeiro no sector petrolífero depende da avaliação conjugada de vários factores e não apenas do custo de produção ou do preço do petróleo em dado momento. Os factores relevantes abrangem a dimensão das reservas, a qualidade do petróleo, a infra-estrutura existente, a estabilidade legislativa e política, a história do país no cumprimento dos contratos que assina, o clima geral de relacionamento com os investidores estrangeiros, etc. Na maioria destes critérios, Angola continua a ser um país atractivo e a dispor de vantagens competitivas sobre outros produtores, nomeadamente, em África. No entanto, há que reconhecer que a actual conjuntura de preço baixo torna mais difícil a rentabilização de determinados projectos e desenvolvimentos. Nesse sentido, pode dizer-se que Angola é menos atractiva hoje do que foi no passado recente, mas essa constatação é válida para a grande maioria dos países produtores.

Que tipo de alterações legislativas seria necessário para Angola ser mais interessante como destino de investimento na área do petróleo em África?

Há alterações legislativas de âmbito geral que, a ocorrerem, melhorariam o enquadramento geral da actividade económica no País, e reflexamente, também beneficiariam o sector petrolífero. Mas, focando-me apenas nas alterações específicas do sector petrolífero, é urgente proceder à revisão da Lei dos Petróleos, que já data de 2004,

no sentido de facilitar as operações petrolíferas, introduzir maior flexibilidade, adaptar a lei aos avanços tecnológicos, entretanto ocorridos, criar verdadeiros incentivos para a exploração de campos marginais e, de um modo geral, reduzir os custos, directos e indirectos, da actividade petrolífera. Por outro lado, julgo que, mais tarde ou mais cedo, será necessário olhar para o regime fiscal e torná-lo mais atractivo, sob pena de não ser possível avançar com novos projectos e desenvolvimentos essenciais, para que Angola consiga, pelo menos, manter os níveis de produção nos próximos anos. É ainda indispensável aprovar um quadro jurídico para o gás natural, que permita fomentar o desenvolvimento das reservas gasíferas de Angola. Estes ajustamentos legislativos são prementes. Há outros países que já estão a adaptar-se ao cenário de preços baixos e Angola não pode ficar para trás.

O gás tem especificidades?
É, como disse, necessário adoptar um quadro legislativo que promova, efectivamente, o desenvolvimento de projectos de aproveitamento de gás natural. Estes projectos têm condicionantes e parâmetros de rentabilidade mais difíceis do que a exploração petrolífera e, nesse sentido, carecem de um sistema específico de incentivos fiscais, económicos e outros. O regime fiscal actualmente aplicável à exploração petrolífera não permite que se invista em projectos de aproveitamento de gás. Ninguém investe para perder dinheiro. Por outro lado, há outros aspectos que carecem de ser devidamente regulados, como a questão da propriedade do gás, a recuperação dos custos de investimento e a articulação com as concessões petrolíferas, o regime de preços de transferência e transporte do gás, a necessidade de se criar um contrato-modelo adequado aos projectos de gás, entre várias outras matérias.

Quais as maiores dificuldades que os investidores internacio-

nais encontram neste momento em Angola, neste sector?

O grande desafio para os investidores é a rentabilidade dos projectos na conjuntura actual de preços baixos. A indústria petrolífera é global por natureza, e Angola concorre como destino de investimento com outros países, muitos dos quais apresentam custos de produção e de contexto mais baixos. As petrolíferas internacionais são organizações altamente sofisticadas, profissionais e racionais nas suas decisões. As administrações, em Houston, Londres ou Paris, têm de tomar decisões todos os dias sobre os projectos em que devem ou não devem investir, e vão, naturalmente, privilegiar os projectos que ofereçam perspectivas de retorno mais interessantes.

A Sonangol tem tido dificuldade em acompanhar investimentos necessários e previstos em alguns poços. Isso pode vir a colocar a produção de petróleo do País em risco?

A indústria petrolífera tem um ciclo de investimento muito longo. O nível de produção de Angola dentro de cinco anos depende de decisões que são tomadas - ou não - hoje. Por outro lado, a taxa de declínio natural da produção pode ser muito elevada se não entrarem novos campos em produção, quando os mais antigos se esgotam. Só para Angola manter a produção no actual nível de 1,6 ou 1,7 milhões de barris por dia, e nem falo em subir a produção, é preciso investir hoje em novos desenvolvimentos e projectos. É verdade que a conjuntura não favorece estes investimentos, mas toda a indústria - companhias estrangeiras, Sonangol, Ministério dos Petróleos - terá de, em conjunto, encontrar o equilíbrio possível entre os constrangimentos financeiros e a necessidade de se investir no futuro. Angola já enfrentou e conseguiu superar outras crises petrolíferas no passado.

Que investimentos que seria mais importante priorizar?

A conjuntura actual não é favorável à realização de grandes desenvolvi-

mentos que consumam elevados recursos financeiros. Este não é o tempo dos grandes projectos, mas é o tempo de realizar projectos mais dimensionados e controláveis, nomeadamente, no aproveitamento de campos marginais ou outros recursos que não estejam a ser explorados. Há muito petróleo em Angola para explorar e é preciso saber ‘espremer’ recursos que até aqui foram preteridos ou ignorados. Por outro lado, e como referi anteriormente, há que investir no desenvolvimento dos campos de gás que já foram identificados. É preciso ter uma perspectiva mais holística e olhar para o desenvolvimento do gás em conjunto com o do petróleo e encontrar as sinergias entre os vários recursos.

Como está a relação entre as petrolíferas internacionais em Angola e a Sonangol, neste momento? E com o Estado?

Terá de dirigir essa pergunta às petrolíferas internacionais. Mas há que saber distinguir entre o que é conjuntural e o que é estrutural. O que é estrutural é que Angola tem a presença de várias das maiores petrolíferas internacionais, que estão no País há dezenas de anos, têm muito dinheiro investido e já ultrapassaram outras crises no passado. Isso é estrutural e é um activo de Angola. Depois há os ciclos de curto prazo, e aí as relações podem ter momentos melhores ou piores. Embora as questões de curto prazo sejam importantes, é preciso ter capacidade para ‘olhar por cima das árvores’ e perceber as questões estratégicas.

Existem jazidas no pré-sal angolano. O preço do petróleo entre 50 e 60 USD é suficientemente interessante para haver investimento nesta área?

Ao dia de hoje, provavelmente, não. Mas é preciso ter muito cuidado quando se fazem projecções de rentabilidade a anos de distância e se assumem determinados custos de produção. A indústria petrolífera tem sido capaz de reduzir custos e de se ajustar quando necessário, muitas vezes de forma drástica. A

evolução tecnológica e as economias de escala também permitem baixar os custos de produção. Basta ver o que se passa com o petróleo e gás de xisto nos EUA. Calcular a taxa de rentabilidade interna de um projecto petrolífero é um exercício muito difícil que, a partir de certa altura, é quase uma tentativa de adivinhação.

A Sonangol tem estado a ser alvo de uma profunda reestruturação, com uma nova liderança. Qual o balanço que faz do processo até ao momento?

Não devo pronunciar-me sobre o processo de reestruturação da Sonangol por razões de sigilo profissional. Digo apenas que o meu desejo, e julgo de que todos os envolvidos na indústria, é que da reestruturação resulte uma Sonangol mais forte, eficiente e plenamente capaz de cumprir com a sua missão. A Sonangol é um pilar fundamental da indústria petrolífera angolana.

Quais os desafios mais importantes da Sonangol no futuro?

Há, seguramente, desafios de curto prazo e outros de prazo mais longo. Sobre os de curto prazo, não há muito mais a dizer. A administração da Sonangol já se tem pronunciado sobre o tema. Preocupam-me mais os desafios de longo prazo, porque esses são estratégicos para a empresa e para o País. De uma forma abreviada, a Sonangol deve cumprir com a sua função primordial de concessionária e contribuir para o desenvolvimento da indústria petrolífera angolana nas suas várias vertentes, desde o aumento da produção e das receitas até à formação e capacitação dos recursos humanos. Esse é o grande desafio da Sonangol.

O preço do petróleo não descola do 50 USD, apesar do prolongamento do ‘corte’ da OPEP. O ‘corte’ deveria ser mais elevado?

Há vários factores, alguns deles estruturais, que puxam o preço do petróleo para baixo. A verdade é que o mercado está bastante abastecido de petróleo - e essa

“

A Sonangol deve cumprir com a sua função primordial de concessionária e contribuir para o desenvolvimento da indústria



Um jurista com carreira na indústria petrolífera

Rui Amendoeira integra o escritório de advogados Vieira de Almeida & Associados desde 2015, onde é sócio-responsável pela área de *oil & gas*. Com ampla experiência em questões jurídicas, regulatórias e práticas da indústria petrolífera em várias regiões de África – Angola, Moçambique, Gabão, Congo, entre outros –, a sua actividade abrange grande diversidade de projectos e transacções ao longo de toda a cadeia de valor desta indústria, incluindo o desenvolvimento de projectos *upstream*, liquefacção de gás natural (GNL), instalações de regasificação, aquisições e desinvestimentos, *joint ventures*, *farmins* e *farmouts*, instalação de gasodutos transfronteiriços, etc. Entre 1991 e 2015, a sua carreira foi desenvolvida na Miranda Correia Amendoeira & Associados, onde foi responsável pela equipa de *oil & gas* e liderou o projecto de expansão internacional da firma. Na Miranda, desempenhou as funções de *managing partner* e de presidente do conselho de administração, entre 2005 e 2015. Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, está inscrito nas ordens dos advogados de Portugal, Angola e Timor-Leste. Actualmente, faz parte da equipa de juristas que presta consultoria à administração da Sonangol.

realidade não vai alterar-se nos próximos tempos. Os EUA e a produção de xisto são o grande factor desequilibrador, e ninguém controla os produtores americanos. É preciso não esquecer que, na América, os proprietários dos terrenos são também donos dos recursos minerais e, portanto, estamos no domínio privado puro e duro. Enquanto o preço justificar, ou, às vezes mesmo, sem justificar, os produtores americanos abrem as válvulas. Estou convencido de que a OPEP não terá alternativa que não seja fazer ‘cortes’ ainda mais profundos. Mas, isso vai criar grandes tensões dentro da organização. Há uma ‘guerra surda’ entre a OPEP e os EUA. O problema é que os Estados Unidos não costumam perder muitas guerras económicas...

A indústria evolui muito depressa, em termos de tecnologia. O petróleo e gás de xisto vão ser dominantes? Quais as suas vantagens face ao convencional?

A questão é que o petróleo e o gás de xisto não precisam de ter “vantagens” face ao petróleo tradicional. Basta que existam recursos que possam ser tecnicamente exploráveis e que o sejam de forma rentável. Não se conhece ainda a verdadeira dimensão das reservas mundiais de petróleo e gás xistoso, mas nalgumas regiões, nomeadamente, os EUA, são seguramente consideráveis. Da perspectiva de um produtor, a grande vantagem é que os custos de produção de petróleo e gás de xisto são infinitamente inferiores ao custo de produção no *deep offshore*, por exemplo. Meia dúzia de poços de petróleo de xisto no Texas custam alguns milhões de dólares, um desenvolvimento no *deep offshore* angolano custa biliões. O único factor que poderia atrasar o desenvolvimento dos projectos xistosos seriam as preocupações ambientais. Mas, o tema ambiental não é uma prioridade nos Estados Unidos, seguramente não na administração Trump.

A OPEP tem cumprido bem com o seu papel ou poderia ser mais ousada?

A missão da OPEP pode resumir-se ao seguinte: manter o preço estável a um nível que seja suficientemente elevado para permitir alimentar o Estado Social e a estabilidade política e social dos países produtores, mas que não seja demasiado elevado para não incentivar excessivamente a exploração de recursos não convencionais ou as energias renováveis. É para isso que a OPEP existe. Ora, estando o preço a 45 USD por barril, é evidente que a OPEP não está a atingir plenamente aquele objectivo, sobretudo para os países que têm custos de produção mais elevados ou que precisam de um preço mais alto para financiar os seus orçamentos. 45 USD pode ser um preço minimamente aceitável para a Arábia Saudita, mas não é para a Venezuela, seguramente. Por isso, julgo que a OPEP não terá alternativa que não seja aprofundar os ‘cortes’ de produção. Mas terá de o fazer com muito cuidado, para não entrar num ciclo vicioso em que os ‘cortes’ reduzem a produção e, logo, as receitas, mas sem alterar o preço, o que exige ainda mais ‘cortes’, pois, entretanto, os países precisam ainda mais de subir o preço.

Angola tem peso dentro da OPEP ou a organização é dominada pelo lado árabe?

A OPEP não é diferente de qualquer organização cujos membros são formalmente todos iguais, mas, na prática, há uns que mandam mais do que os outros. O peso da produção de Angola no contexto da produção total da OPEP é relativamente pequeno, porém a OPEP tem um interesse estratégico em alargar e diversificar a sua base de membros. É isso que explica, por exemplo, a recente integração da Guiné Equatorial. Angola é o maior produtor africano, e a OPEP tem interesse na presença de Angola para ser uma organização mais relevante e diversificada. Isso dá peso a Angola dentro da organização. **M**